

REQUERIMENTO
(Do Sr. Deputado Leo de Brito)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle para que seja aberto ao público debate sobre o avanço das queimadas no Estado do Acre e falta de política pública de controle ambiental na região.

Sr. Coordenador:

Com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, requero a V. Exa. que, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada:

- ✓ Representante do Ministério do Meio Ambiente;
- ✓ Representante do Ministério Público Federal;
- ✓ Representante do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE;
- ✓ Representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio);
- ✓ Representante do Instituto do homem e Meio Ambiente da Amazônia – Imazon;
- ✓ Representante do Ministério Público do Estado do Acre;
- ✓ Representante do Instituto de Meio Ambiente no Acre – IMAC;
- ✓ Representante da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC;
- ✓ Representante da Coordenação Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Acre – CBMAC;
- ✓ Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e das Políticas Indígenas – SEMAPI;
- ✓ Professor Dr. Foster Brown da Universidade Federal do Acre;



JUSTIFICAÇÃO

Em 16 de agosto de 2021, o G1¹ noticiou que o Acre se encontra em estado de alerta ambiental por conta as queimadas na região. Atualmente, são mais de mil focos de calor, com aumento de 137% dos incêndios ambientais nas áreas urbanas no Estado em um ano.

Nessa época do ano, chamado de período de estiagem, a fumaça e avanço das queimadas não são novidades, porém, os altos número de incêndios apontam um triste recorde neste ano. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, baseados em satélites, apontam que até 17 de agosto, o Estado do Acre registrou 2.140 focos de incêndios.

O número já é maior do que todo o acumulado do ano passado no mesmo período, que fechou com 1.641 ocorrências - um aumento de 30% nos meses avaliados. Os números deste ano só ficam atrás de 2019, quando foram 2.240 registros durante o período. O ápice desse período foi em 2005 com 5.405 focos de incêndio.

As queimadas e fumaça são recorrentes todos os anos, porém, têm avançado e preocupam também por conta da pandemia, já que impactam diretamente na saúde pública por conta das doenças respiratórias.

Segundo informações do Instituto de Meio Ambiente no Acre - Imac, do dia 1º de janeiro até o dia 23 de julho, foram feitos 74 autos de infração entre multas simples, embargos e apreensões, totalizando o valor de mais de R\$ 3 milhões em multa.

O número já apresenta uma queda com relação a anos anteriores. Como quando comparado com 2018, que entre janeiro a 14 de agosto já registrava pelo menos 119 autos de infração.

A redução também pode ser atribuída ao próprio posicionamento do governador do Acre, Gladson Cameli, que em um evento em 2019 pediu que as pessoas não pagassem multas expedidas pelo Imac, enfraquecendo assim a autarquia.

¹ <https://g1.globo.com/ac/acre/natureza/amazonia/noticia/2021/08/18/com-orgaos-ambientais-enfraquecidos-acre-registra-2140-focos-de-incendios-e-pode-alcancar-maior-no-dos-ultimos-sete-anos.ghtml>



Nesse contexto, a cortina de fumaça sobre as cidades acreanas deixa a respiração difícil. O Acre acumula, nos seis primeiros meses deste ano, 291 mortes causadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), causado por diversos vírus. O número é maior do que o registrado no mesmo período do ano passado e não inclui mortes pela Covid-19.

Os dados são do Departamento de Vigilância e Saúde da Secretaria Estadual de Saúde (Sesacre) que no ano passado, nos primeiros seis meses do ano, registram 251 mortes por doenças respiratórias. O aumento de mortes neste ano foi de 16%, comparando 2020 e 2021.

Tudo isso em meio a uma pandemia. O monitoramento constante da qualidade do ar no Acre, mostra que os meses de agosto a outubro são críticos; 14 de 22 municípios apresentaram médias diárias duas ou três vezes acima da recomendação da Organização Mundial da Saúde.

Diante de todo esse aumento das queimadas e, consequente dano ao meio ambiente e à saúde da população, nota-se a ausência de políticas públicas de fiscalização ambiental e enfraquecimento dos órgãos de controle ambiental existentes. À título de exemplo, atualmente o Imac alega que falta de profissionais técnicos no órgão para atuar nessas demandas.

Dessa forma, por se tratar de assunto de grande relevância nacional, propomos uma audiência pública junto a essa Comissão para o debate de possíveis providências acerca da necessidade de políticas voltadas à proteção do meio ambiente no Acre, principalmente no tocante ao recente aumento das queimadas. Por fim, por solidariedade e sensibilidade à questão apresentada, solicitamos apoio aos nobres colegas para a devida realização dessa audiência pública nesta Comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2021.

Dep. Leo de Brito PT/AC

